

A PROPÓSITO DO ESPAÇO E DO URBANO: ALGUMAS HIPÓTESES

AMÉLIA LUISA DAMIANI

Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo
ameluisa@usp.br

RESUMO

O texto visa apresentar algumas hipóteses sobre a categoria espaço, inserindo-a na lógica universal, dialetizando-a. Trata-se de um debate entre a concepção mais universal e nossa ciência, a Geografia. Ainda, o tratamento abstrato tenta ser materialista, no sentido de buscar a historicidade dessa concepção; portanto, situa-a na formação econômico-social capitalista, o que a torna francamente uma categoria. Uma aproximação com a questão urbana é apresentada, como exercício metodológico.

PALAVRAS-CHAVE: produção do espaço; implicação dos espaços sociais; metrópole; fragmentação no urbano; economia urbana.

ABOUT THE SPACE AND THE URBAN: SOME HYPOTHESES

ABSTRACT

The text aims at presenting some approaches concerning the category of space, introducing them in a universal logic. Then, it may become dialectical. It is a discussion between a universal conception and the geography science. Also, the abstract methodology attempts to be materialistic in the sense of searching historic evidence. Therefore, it places it in a capitalist context where it is inserted as a pure category. An approach with the urban issue is presented as a methodological exercise.

KEY-WORDS: production of space; implication of social spaces; metropolis; fragmentation in the urban; urban economy.

PREÂMBULO: SOBRE O ESPAÇO GEOMÉTRICO

Para compreender o teor interno do processo de capitalização, a Geografia desvencilha-se da idéia do espaço enquanto vazio, simples

continente, de conteúdos que lhe são indiferentes, posteriormente adequados ao invólucro que os envolve que, no limite, apontava não só para os limites de uma Geografia clássica, mas, particularmente, para sua vulgarização. De qualquer forma, apresenta-se, no interior da disciplina, uma inadequação à análise da sociedade moderna, cujos processos não se resolviam numa materialidade visível, nem em determinações gerais, comportando a realização concreta de abstrações, como determinações históricas, necessárias, da formação econômico-social capitalista. O caminho foi o da análise mais complexa dos processos econômicos e sociais, decifrando-os, também, como espaciais. Mais de uma forma de aproximação com o materialismo dialético é proposta - envolvendo a renda da terra capitalizada e o espaço; a valorização do espaço; etc. - mas, e inversamente, há uma resistência à incorporação de uma dimensão espacial ao pensamento marxista (HARVEY, 1990, p.340). Podemos falar de uma subversão ou “geograficização” de concepções que, em si, não comportariam tal redução. Se não é sentida no interior da ciência geográfica, ela aparece (como geograficização) quando transcende esses limites.

Aqui, depois dessas conquistas de interpretação, aceitas ou não no interior e fora da Geografia, podemos repor o significado do espaço vazio como pura extensão. Numa contribuição ímpar ao sentido do processo de capitalização, no que respeita ao espaço, Henri Lefebvre resgata e revê a acumulação primitiva do capital à luz do espaço (LEFEBVRE, 2000): trata-se de retirar as referências sociais, culturais e naturais, mesmo as econômicas que preenchem um espaço, e lhe conferem uma qualidade particular. Retirar dele a historicidade viva, negá-la, de forma absoluta, criando os pressupostos para instauração e desenvolvimento de novos processos, estes próprios do desenvolvimento capitalista, portanto, próprios à racionalidade da mercadoria, do mundo da mercadoria. Essa varredura repõe, como existência não só lógica, mas enquanto presença real, o espaço geométrico como suposto histórico do processo em curso: há evidências indicando essa anulação de conteúdos precedentes com o processo de capitalização. Essa acumulação primitiva¹ é, também, simultânea às condições de desenvolvimento do capitalismo. O tempo todo se recoloca a necessidade de constituição desse esvaziamento primevo.

¹ David Harvey fala de uma Geografia Histórica do capitalismo notável. “Povos com a maior diversidade de experiência histórica, que viviam numa série de circunstâncias físicas incríveis, conservaram-se unidos, às vezes pacificamente, mas a maioria das vezes pelo exercício cruel da força bruta, numa unidade complexa sob a divisão internacional do trabalho”. (HARVEY, 1990, p. 376)

Podem-se, é claro, reproduzir as tradições, de modo simulado, como artifício da capitalização: inventar as tradições²,

“[...] o capitalismo apoiando novas distinções sob formas antigas. [...] As diferenciações geográficas aparecem, portanto, freqüentemente como o que não são em realidade; aparecem como meros resíduos históricos, ao invés de características ativamente reconstruídas dentro do modo de produção capitalista”. (HARVEY, 1990, p.419)³

Nesse caso, o esfumar das referências é menos nítido. É preciso atenção para o exame da metamorfose dos sentidos originais, sua maquiagem. Eles aparecem, invertidos e submetidos, como representações, por exemplo, dos interesses em torno da indústria do turismo, na nova face da produção do urbano; com o planejamento estratégico, que muda a cidade toda, mas aproveita, ao mesmo tempo, mimeticamente o existente. A materialidade anterior, nesse caso, está subsumida à forma de produção da cidade como valor de troca. Seria interessante mencionar os pós-modernistas acenando para uma versão eclética de estilos passados, ecos a formas passadas, a “indústria da herança”, mobilizando os negócios econômicos, envolvendo a arquitetura e o urbanismo, especialmente, a partir dos anos 70 do século XX.⁴

Seria conveniente recuperar, desse ponto de vista, o sentido da telescopagem⁵ entre os opostos: a geometria do espaço e a história no espaço; cada um substitui e, ao mesmo tempo, se compõe com o outro, e sua mútua diferença remete não a uma superação de um pelo outro, mas a

² A coletânea organizada por Hobsbawm e Ranger (1984) constitui um extraordinário apoio para esta discussão, como referência criadora desse modo de interpretação.

³ “Os valores, culturas e instituições pré-capitalistas são revolucionados somente no sentido de que se lhes dão novas funções e significados ao invés de destruí-los”. (HARVEY, 1990, p.419)

⁴ “O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana”. (HARVEY, 1992, p. 112).

⁵ O termo “télescopage” foi configurado por Henri Lefebvre; trata-se do plano da produção de uma ilusão, de uma confusão, de um misto de realidade e representação, potencializado, por transferência e redefinição de conteúdos, terrivelmente ativos. Eis um dos momentos de seu tratamento pelo autor: “Se é assim levado a sublinhar a importância da *ilusão espacial* que não provém nem do espaço geométrico como tal, nem do espaço visual (aquele das imagens e fotos, mas também dos planos e desenhos) como tal, nem do espaço social como tal (prático e vivido), mas de sua “telescopagem”: oscilação de um para o outro ou substituição. De maneira que a visualidade passa pelo geométrico e que a transparência ótica (legibilidade) do visual se confunde com a inteligibilidade lógico-matemática. E reciprocamente.” (LEFEBVRE, 2000, p. 344)

uma mistura de ambos, mistura oscilante. Dilui-se a contradição implicada. A história parece e não é. A geometria é, embora não apareça.

Reconhecer esse sentido real da re-instauração do espaço vazio, como pressuposto da capitalização, não remete a concluir que a reflexão crítica sobre o processo se esgota nessa lógica, que ela seja suficiente. Assim, voltamos às conquistas e superações dessa concepção do espaço, negando o espaço em si e pondo a ocupação do espaço, as práticas espaciais como razão de sua existência, decifrando como se vive, submetido a essas estratégias e aos processos e racionalidade econômicos, cuja finalidade é a sua própria reprodução, tendo a sociedade como simples meio para sua realização, a da sua finalidade. Assim, o movimento que segue tenta esclarecer a superação de uma interpretação baseada na idéia de continente vazio como a priori. Porque, do que precede, pode-se concluir que esse pressuposto não é dado naturalmente, mas produzido, segundo as estratégias e interesses do capital, que põe a si mesmo como finalidade. A violência da constituição dos espaços esvaziados só pode ser examinada à luz dele, o espaço vazio, como produto de um processo histórico e não próprio à naturalidade ou materialidade mesma das coisas. Desta forma, tornando-se potencialmente espaço produtivo. Se essa sua condição vazia é interpretada como natural, “teórico-abstrata”, própria da natureza do espaço, como neutro, de caráter transcendente à história, e não como uma determinação social do espaço, sob o capitalismo, então se está diante de uma mistificação. As formas topológicas, que atravessam a interpretação do espaço e têm fundamentos geométricos, e a natureza dos processos na formação econômico-social capitalista ganha significado quando complexamente relacionadas.

Em Harvey (1990, p. 393) aparece o questionamento de concepções sobre o “equilíbrio espacial”, considerando uma Geografia Histórica do capitalismo.⁶ Pierre George (1984) fala de uma “Geografia do movimento”, considerando que se vive a incerteza do futuro imediato; sendo que a fragilidade dos equilíbrios é tanto maior quanto mais aumentam os poderosos meios de intervenção; sugerindo, neste sentido, a importância dos fatores técnicos de uma modificação muito rápida das relações entre o impacto dos aparelhos de produção, das formas de utilização do espaço, e a “herança”, que combina dados naturais e adquiridos. Portanto, a concepção de uma Geografia ativa, que decifra, como necessária, já nos

⁶ Que se avalie, inversamente, a influência da ecologia humana, na Geografia, para compreender a noção de equilíbrio, envolvendo a interação entre o homem e a natureza, à semelhança da ecologia vegetal e animal. (Cf. Stoddart, D. R. Organismo e eco-sistema como modelos geográficos. In: CHORLEY e HAGGETT, 1974).

anos 60, é a de uma Geografia atenta às contradições internas, *a todos os acontecimentos e a todos os conflitos que se projetam sobre um espaço, que não é jamais neutro*, incluindo a negação da indiferença com relação ao cotidiano e às percepções das populações afetadas. (GEORGE, 1984)

A PROPÓSITO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Após o preâmbulo apresentado acima, para iniciar esta reflexão, pode-se localizar um pensamento sobre o espaço que o designe como mental e social, ao mesmo tempo. A tradição do espaço, enquanto espaço mental, é enorme. Aparece em muitas ciências e, por muito tempo, invadiu a Filosofia, nela pode estar latente a sua concepção social, mas a relação entre o mental e o social não está constituída claramente. O espaço se decifra como uma das categorias, através da qual, se caracteriza o objeto, dando-lhe universalidade, identidade, para além de sua feição sensível. Seria uma forma de abstração do objeto, a partir dele.⁷ O espaço seria o continente desse conteúdo específico. O continente trazendo um outro estatuto para o referido conteúdo, retirando-lhe da massa dos objetos sensíveis. Em termos espaciais, seria o recorte, a montagem, o corpus, o agrupamento, a localização (LEFEBVRE, 1976, p. 29)⁸. Dessa noção muito pode se afirmar:

1º Ela pode derivar em verdadeira metáfora, que, como tal, dilui seu sentido enquanto conceito. Proliferam-se os termos espaciais como designadores.

2º Trata-se de uma noção que pode cair no idealismo: o objeto pensado designado antes do objeto real, um a priori. Um exemplo em Geografia: por vezes, as cartas com divisões político-administrativas e os dados oficiais, produzidos segundo esses limites, são exemplos de recortes apriorísticos, homogeneizando as naturezas diversas de objetos. Neste caso, a Cartografia pode ser uma representação que re-apresenta o objeto, dessa forma reduzido. A objetividade representada seria puramente abstrata.

⁷ Chorley e Haggett, citando Bunge, falam sobre o objeto da Geografia, nestes termos: "a profissão pode, por questão de eficiência, começar dividindo-se em vários ramos teóricos espaciais, tais como problemas de pontos, de áreas, descrição de superfícies matemáticas e problemas de localidade central, em vez da disposição atual de climatologia, geografia da população, formas do terreno etc.". Completam: "em geral sentimos que a análise geométrica oferece uma alternativa lógica, consistente e geograficamente mais relevante, ao enfoque do 'elemento orientado' com sua tendência inevitável de subdividir a geografia e orientá-la em direção às disciplinas sistemáticas externas relevantes". (CHORLEY e HAGGETT, 1974, p. 15)

⁸ As hipóteses sobre as concepções de espaço, a seguir anunciadas, têm como aporte o livro "Espacio y política" de Lefebvre (1976).

3º Pode derivar, também, numa versão materialista do objeto, ao oferecer contornos específicos, para objetos singulares. Neste caso, o objeto é mantido no seu isolamento em relação aos outros objetos, com os quais estabelece relações de exterioridade. O objeto, já configurado, mantém relações com outros objetos, também acabados. A formação do objeto mesmo, como fruto de relações complexas, fica comprometida. Trata-se assim de um materialismo vulgar.

4º Lefebvre pôde designar, definido dessa maneira, o espaço dentro de uma ciência do espaço: lógica e somente lógica formal. Do seu significado limitado, há uma aproximação a seguir.

Uma outra possibilidade de compreensão do espaço remete à sua configuração de espaço social, como produto da sociedade. Aqui pode suceder um entendimento que leve a consideração de descrições empíricas do conjunto de objetos. O espaço como ponto de reunião do conjunto de produtos. A dificuldade está em ultrapassar este limite da compreensão: o da “objetivação do social”. Novamente, trata-se de uma concepção que designa um objeto no seu acabamento; os processos de formação e estruturação, fundantes, ficam atenuados na análise. Uma abordagem possível, nesses termos, é a de uma hierarquização espacial intra-urbana, em função das desigualdades sociais (uma análise ecológica do tecido urbano). Dentro da Geografia Urbana clássica, surge a concepção das funções, como sintetizadoras da qualidade urbana: religiosa, industrial, comercial etc. Sozinhas não definem um conhecimento suficiente; completa esta mesma abordagem a da região que envolve e é envolvida pela cidade, como relações constituídas a partir do urbano.

Essa concepção mais empírica, no limite, não foge de uma noção materialista mais precária: “em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma do **objeto** ou da **percepção**, mas não como **atividade sensorial humana**, como **prática**, não de modo subjetivo”. (MARX e ENGELS, 1977, p. 118)

É preciso uma noção que coloque, francamente, os processos sociais de produção, na sua historicidade. É preciso ir em direção a uma concepção da **produção do espaço**, que exija mais do que a lógica formal.

Estudamos a lógica formal e a lógica dialética tendo em vista um projeto: aquele de conquistar a compreensão sobre a dialética espacial e as contradições do espaço. Nossa hipótese é a de que não seria possível chegar a esse entendimento sem essa mediação.

No nível do real e no nível da representação, nossa época, aquela da reprodução das estruturas da sociedade moderna, faz a lógica se tornar real, não só pensamento.⁹ Somente considerando a interferência da lógica na realidade concreta, como estratégia, como socio-lógica, é possível compreender essa outra dialética e estabelecer a passagem das contradições no espaço para aquelas do espaço. Observe-se que para além dos conflitos sociais, das diferenças sociais que persistem, se instauram, recobrando-as e amplificando-as, as diferenças espaciais, de acesso à urbanização. Então, temos um recorte de classe, remetido à idéia, neste exemplo, de centro e periferia. Um proletário é, ao mesmo tempo, potencialmente, um morador da periferia. E centro e periferia levam à lógica dos conjuntos e subconjuntos, dos recortes espaciais, das segmentações, portanto, da interferência e da realização da lógica formal no terreno. E essas massas expulsas para as periferias têm de ser integradas; assim, há, ao mesmo tempo, expulsão e tentativa de integração. Ainda mais, o processo, como um todo, não se resolve numa lógica formal, instrumental; produz-se centralidade, centralidade da periferia, e, simultaneamente, a tentativa de seu controle, incluindo a metamorfose dos conteúdos da centralidade.¹⁰

Há, portanto, a necessidade de considerarmos, entremeadas, as realidades referentes às diferenças entre classes, grupos, etnias etc e as diferenças espaciais; estas últimas sugerindo a presença ativa de uma lógica estrutural e funcional, que remete aos termos da produção do espaço social, contendo a realização prática da lógica dos conjuntos. Observada essa inclusão, se está fazendo um movimento em direção à dialética do espaço. Organizar conjuntos e subconjuntos, dividir e integrar a população, segundo as estratégias espaciais, tendem à estabilização, à reprodução, mas os centros implodem¹¹; a “exclusão” de uma massa crescente de população, dos frutos da riqueza produzida, é um fato inconteste, com todas as subversões que possam assim advir; o equilíbrio não consegue ser mantido. Novas relações sociais podem ser produzidas, no interior desses

⁹ Trata-se de uma das contribuições mais significativas da obra de Henri Lefebvre. Em escritos do autor, datados de 1983-84, ele, ainda, assinala que, mesmo em termos metodológicos, é possível examinar de perto e desenvolver o pensamento de Marx, completando-o. É preciso sublinhar que a lógica fez grandes progressos; “que se tornou operatória, isto é, que ela entra na prática social; e isto cada vez mais com suas aplicações que vão da organização do trabalho produtivo ao emprego militar e político dos computadores. Como não reconsiderar as relações da lógica e da dialética? Mesmo se permanecermos ligados a esta última, mesmo se continuarmos a compreender, no sentido de Hegel e Marx, o ‘trabalho do negativo’ (e isto no curso do que se chama a ‘crise’), uma problemática nova surge das relações entre a lógica e a dialética”. (REVUE LA SOMME ET LE RESTE – ÉTUDES LEFEBVRIENNES, 2002).

¹⁰ Um trabalho extraordinário a este propósito: Rocha (2000).

¹¹ Sobre a dialética da centralidade, cf. o capítulo III de Lefebvre (1999).

espaços assim configurados. A periferia como provisória, como instrumento de posteriores processos econômicos de valorização, também, pode ser observada; estamos aqui no nível das **contradições do espaço**.

“À dialética do tempo, dos grupos, se superpõe uma lógica social, enquanto estratégia de reprodução, envolvendo o planejamento; investimentos maciços na produção do espaço, inclusive, estatais; estruturas, que dominam o espaço, concretamente: políticas urbanas, investimentos com gestão centralizada, em saneamento, habitação etc. A mediação dessa(s) estratégia(s) de reprodução é que decifra a qualidade nova da contradição, de *no* espaço, para *do* espaço. [...]”. (DAMIANI, 1999, p. 51)

“[...] É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel. Toda a racionalidade econômica e política pesa sobre o cotidiano, enquanto vivido”. (DAMIANI, 1999, p. 52)

“Poder-se-ia falar de um grau zero do espaço, que se define pela tendência de neutralizar os conteúdos vivos da vida social, as qualidades sensíveis, as contradições, as diferenças. É um ‘espaço mostrado como espetáculo..., o espaço outorgado à circulação, o espaço desértico, ainda que no coração da cidade’. Trata-se de ‘uma coleção de lugares neutralizados’, tão neutros quanto possível, mas destinados a tal ou qual uso¹²”. (DAMIANI, 1999, p. 54)

“Esse espaço abstrato reúne o espetáculo e a violência, a eficácia do espírito analítico na e pela dispersão, separação, segregação.¹³ A reunião de forma heteronômica é autoritária, realizando a separação”. (DAMIANI, 1999, p. 53)

“[...] decifre-se o espaço social reduzido ao espaço ‘puro’, frio, como estratégia. Reduzindo seus conteúdos. Mediação perturbadora, impedindo a vida, o sentido da vida.¹⁴ [...] desvendo dois níveis de realização concreta da lógica formal, enquanto institucional:

¹² Cf. Lefebvre (1984, p. 223).

¹³ Cf. Lefebvre (2000, p. 355).

¹⁴ Cf. Marini, in: Martins (1996, capítulo 10).

- um nível exatamente real, que é aquele que move as interferências, privadas e públicas, no urbano: o da ação concreta. Definindo a urbanização como setor produtivo [...]

- um nível que se realiza no plano das representações. O discurso, a estrutura, os argumentos, as imagens dos *planos* sobre o espaço. Ele representa a racionalidade, mais ainda, a racionalidade que se afirma como coletiva, embora seus conteúdos escondidos revelem a privatização do público. No nível da representação, realiza-se o público, o coletivo, que na prática sustenta o domínio dos interesses privados. Esse emaranhado mediático nos assalta, invade o pensamento científico, perturba o deciframento do real. Sua dimensão acrescentada é própria de nossa época. Através da informação cotidiana, essas representações se generalizam, afirmam politicamente uns, em detrimento de outros. A alienação política, desvendada por Marx em *A Questão Judaica*, se atualiza. Vivemos a representação da coletividade, não a coletividade real, numa verdadeira heteronomia dos sujeitos sociais: as identidades concretas substituídas pela identidade abstrata.¹⁵ [...]

As contradições, a vida, atravessam essa dupla estrutura enrijecida, cuja calma esconde uma violência iminente. [...]”. (DAMIANI, 1999, p. 54-5)

“A dialética resultante nasce da introdução de conteúdos adversos, resistentes, irredutíveis às hierarquias sociais e espaciais. Eles vão da confrontação, através da violência, até a organização consciente da contestação [...]” (DAMIANI, 1999, p. 52)

O espaço ao ser produzido e a partir das maneiras, cada vez mais potentes, de interferir nele, acaba por atingir as várias dimensões da vida humana - social, individual. E está envolvido, enquanto mercadoria, no fluxo mundial de capitais, envolvendo um intrincado processo financeiro.

Mas é preciso ainda considerar que esse espaço reduzido e inteiramente envolvido pelo trabalho abstrato e pelos negócios do mercado, portanto, dilacerado, reproduz, a partir de um “esteticismo”, a aparência de uma certa organicidade de vida, mimetizando a reunião dos momentos da

¹⁵ Cf Lefebvre (1978, p. 387): Os componentes dessa identidade abstrata são reunidos no Estado: a mercadoria, o contrato, a lei, a constituição política, a estatística, os regulamentos administrativos e de polícia, etc. Em resumo, diversas cadeias de equivalência reunidas na equivalência geral: a Identidade.

vida. “É o estetismo que unifica os fragmentos funcionais de um espaço disperso, realizando desta maneira seu caráter homogêneo e quebrado” (LEFEBVRE, 1976, p. 35). Como? Disfarçando a unifuncionalidade, num estetismo não funcional, simulando o lúdico, a festa, travestindo essa funcionalidade estrita de valores “culturais”, artísticos, que já não possui. Eis o exemplo dos espaços “livres”, aparentemente desligados do trabalho, como espaços de diversão e recuperação que, por sua vez, estão francamente envolvidos nos negócios do turismo, cada vez mais projetados por eles e que servem para reproduzi-los.

SOBRE A METRÓPOLE E A FRAGMENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

Não ficaria à vontade interpretando o urbano, sem antes perguntar o seu lugar na compreensão da formação econômico-social capitalista. Cheguei a duvidar de sua presença entre as contradições cruciais nesta compreensão. Deste ponto de vista, o fundamento de sua pertinência é a dramática entrada do espaço inteiro no mundo da mercadoria. Haveria uma historicidade própria deste mundo e neste estágio, aquele que absorve inteiramente o urbano, não só a industrialização, que alimentou o processo - incluindo um capital fixado cada vez maior -, de modo estrito, o explicaria; mas um capital fixo independente¹⁶ acrescentado - necessário às indústrias, mas não interno ao corpo industrial - o faria. Portanto, economicamente, esta questão não é de fácil desvendamento: os investimentos são um misto complexo de capitais, envolvendo o Estado e o capital propriamente privado. Lendo David Harvey (1990), alguns apontamentos sobre o tema tornam-se possíveis:

- Há espaços vazios, a preencher, nesta leitura da urbanização, que dependem de conhecimento da crítica à economia política.

¹⁶ “Há circunstâncias em que o capital fixo ‘não se manifesta como mero instrumento de produção, dentro do processo de produção, mas como forma independente do capital, por exemplo, em forma de estradas de ferro, canais, caminhos ou condutores de água, como capital incorporado ao solo, etc’ [...] atua, como disse Marx, ‘como a pré-condição geral da produção’”. A esse capital fixo está atrelado um processo peculiar de realização do valor. Trata-se de David Harvey citando os Grundrisse, de Karl Marx. Harvey, movido pelos Grundrisse, completa essa caracterização do capital com a concepção de ambiente construído, “que compreende valores de uso cristalizados na paisagem física, que se pode utilizar para a produção, a troca e o consumo [...] ‘em uma palavra, toda forma [material] em que o produto da indústria tenha que se unir solidamente à superfície’ [...] Os elementos do ambiente construído têm a posição ou localização espacial como um atributo fundamental [...] Toda a questão da ordem espacial do ambiente construído tem que ser, portanto, considerada [...]”. (HARVEY, 1990, p. 231, 232, 238.)

- Estamos numa economia em crise, ou crítica, e o desvendamento deste estágio envolve o conhecimento, necessário ao desvendamento do urbano, dos processos de valorização e desvalorização concomitantes e compostos. Isto é, para que a valorização do capital se realize é necessário incluir, internamente, a desvalorização. O lucro se transmuda em juros e rendas, inclusive porque a vida econômica do capital fixo é conturbada e de difícil realização. Guarda o sentido do dinheiro, como meio de circulação, como medida de valor, e como dinheiro capital e suas contradições; portanto, a relação do capital real face ao fictício.

- A economia urbana é essencialmente financeira, o que significa: complexidade de distribuição da riqueza produzida; riqueza real e fictícia em presença; o Estado e as finanças públicas como equilibradores; monopolização do capital; economia crítica.

- As crises são inerentes a esta economia, são internas a ela. Não definem um estado de exceção, mas as determinações de uma economia contraditória.

- O urbano revela as crises, ele mesmo em crise, mais ainda em estado crítico: uma economia financeira à deriva; o Estado produzindo toda ordem de endividamentos para retê-la; a explosão do urbano e a programação da vida cotidiana, como estratégia de reprodução crítica. Portanto, a negação da vida social e urbana. Em outros termos, uma urbanização crítica. Tendo como horizonte a “vida” miserável: sobrevivência crassa ou ampliada - no último caso relativa às classes médias -, ainda assim só sobrevivência.

- É uma economia, ao mesmo tempo, global e localizada; melhor dizendo, depende de uma teoria da centralidade. As diferenças locais se reproduzem e as estratégias são globais; então, produz-se a centralidade. No intermédio, anuncia-se a interlocução com as contribuições de Henri Lefebvre e dos situacionistas.

- O vivido e a história são as resistências, as derivas. Na varredura, que a produção do espaço capitalístico define, há sobras, sedimentos: culturais; civilizatórios; próprios de uma economia contraditória; do corpo individual e social, expropriado e explorado, que se põe. Nenhuma estratégia consegue ser absoluta.

- Não se trata somente de uma economia contraditória; mas de uma situação histórica em que os termos contraditórios estão deteriorados.¹⁷

¹⁷ A dialética não aparece como premissa ou método atemporal.

APONTAMENTOS¹⁸

Por que este elo entre a metrópole e a fragmentação? Num primeiro momento, parece evidente. A metrópole é uma cidade em autodestruição. Os processos, que constituem seu crescimento, são também, e ao mesmo tempo, os que a negam. Qual o modo dessa negação? A cidade já não é uma totalidade. Totalizada pela economia, tornada toda ordem de negócio, especialmente os financeiros - o que equivale a dizer que são de difícil discernimento, envolvendo complexas relações e interesses, alguns subterrâneos -, a cidade se produz, negativamente, produzindo um espaço fragmentado. Então, o par define-se como fragmentação-unificação. As inúmeras relações espaço-temporais possíveis, nascidas da história desses espaços - sempre insistindo sobre o teor do espacial, que é preservar e reviver os tempos e o dos tempos, que é se pôr espacialmente -, são negadas, pois essa totalidade não é vivida, mas restos dela, produtos de estratégias diversas, tendo como condutor a circulação do capital: são os momentos da produção, do consumo, da circulação, propriamente, com a unidade implícita entre eles, mas a autonomia também; são, inclusive, momentos diversos do capital, já que ele se realiza de modos temporalmente diferentes - e o poder estatal que o sustenta - cada vez mais necessário considerando a importância ampliada, na produção e reprodução do capital, do capital fixo independente, investimento, majoritariamente, patrocinado pelo Estado. O império da economia no urbano ou o urbano como economia metamorfoseia a realidade urbana em fragmentos urbanos, definidores da metrópole. Como totalizá-los? Por uma unificação que vem de cima e é orquestrada pelos interesses mencionados. A unidade é estratégica e só no nível do percebido chega a produzir uma forma de consciência cotidiana. Claro que esta situação é vivida contraditoriamente, mas não se vislumbra, senão residualmente, maneiras de sua superação. Henri Lefebvre fala em oposição estagnante: “em que os termos se afrontam ‘face à face’, significativamente, depois se separam, se misturam na confusão”. (LEFEBVRE, 2000, p. 257). E conclui: “Na ausência de uma tal superação dialética, a situação estagna na interação grosseira e na mistura dos ‘momentos’, o caos espacial”.(LEFEBVRE, 2000, p. 257)

¹⁸ A partir deste momento, as observações são o fruto de um debate, que se inicia, no interior do projeto “Metrópole e Intolerância: a Produção do Espaço da Metrópole de São Paulo a partir da Implicação dos Espaços Sociais”, coordenado pela professora Odette Carvalho de Lima Seabra, mantendo entre os pesquisadores, enquanto pesquisadores principais, os professores: Amélia Luisa Damiani, Ana Fani Alessandri Carlos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Margarida Maria de Andrade; projeto vinculado ao LEI-LABUR (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância e Laboratório de Geografia Urbana), FFLCH, USP.

Há muito, entre os geógrafos, as idéias de um caos urbano, de uma desordem urbana, da falta de planejamento urbano, como justificativa, são rechaçadas, pois equivalem ao não reconhecimento das estratégias presentes na produção do urbano. Aqui, o caos espacial aparece com um tratamento diferente: refere-se às derivações do sentido da fragmentação no urbano, não está no nível da descrição fenomenológica, mas no plano da análise do processo de fragmentação. Os múltiplos espaços implicados no urbano, neutralizados, negados, são vividos numa seleção fragmentada de espaços, que produz, para todas as classes sociais, não a vida, mas a sobrevivência crassa ou ampliada, respectivamente, para os proletários e as camadas aburguesadas.¹⁹ Como “viver” fragmentos? Primeiro, a consideração de que está posta a negação da vida; em segundo lugar, além de todo tipo de normatização, para regular os comportamentos, que são formas de “viver” os espaços e os tempos reais, um estetismo preenche os vazios reais, os interstícios entre os fragmentos. Isto é, a ideologia do crescimento, do progresso que a cidade significa, com todo o aparato de transportes e serviços presente; os lazeres no urbano e fora dele, prolongando-os; a propaganda, vendendo não só produtos, mas um “modo de vida” familiar ao significado da cidade, ou até, num reflexo invertido, próprio do que seria a anticidade; os discursos sobre a metrópole e o seu elo com o moderno, com a mudança de vida, com a possibilidade de emprego etc.

A crítica que se pretende construir sobre o processo de fragmentação urbana se coloca para além do seu discernimento, na sua negação, o que nos remete à cidade como totalidade possível, num processo de superação; melhor ainda, ao urbano como totalidade possível (ultrapassando a experiência da metrópole). Para isso a proposição é romper com essa integração na fragmentação, no plano da produção de um conhecimento, que reconhece o existente e estabelece, já no processo analítico, alguma modificação. Guy Debord, a propósito do objeto - a vida cotidiana -, observa: “[...] a modificação é sempre a condição necessária e suficiente para fazer aparecer experimentalmente o objeto de nosso estudo, que na falta dela permaneceria duvidoso, objeto ele mesmo menos a estudar que a modificar.” (DEBORD, 1997, p. 218)

Para Henri Lefebvre este é o método da crítica à economia política de Marx: “uma reflexão sobre o **virtual** guia o conhecimento do real (atual) e reage, para os esclarecer, sobre os antecedentes e condições”. Nem bem constituída a modernidade, quando ainda apenas uma virtualidade

¹⁹ Sobre a questão da sobrevivência: Cf. Vaneigem (1980) e Debord (1992); entre outros textos situacionistas.

anunciada, Marx vislumbrou a extensão do ‘mundo da mercadoria’ e do mercado mundial, com suas implicações. E pergunta: “Este procedimento ou método consiste numa extrapolação? Não, mas num pensamento no limite, levando ao extremo uma hipótese [...] A hipótese levada ao extremo permite descobrir os obstáculos e formular as objeções” (LEFEBVRE, 2000, p.252-3); neste caso, à totalização potencial do “urbano” numa economia política do espaço.

A perspectiva analítica deste trabalho sugere, inclusive, inserir modos de abordagem do objeto que inclua uma ação sobre o mesmo e não apenas a sua contemplação. Sempre lembrando que é tradicional na Geografia uma relação direta com o objeto de estudo. E não é sem propósito afirmar que os trabalhos de campo, para os geógrafos, constituem momentos expressivos de suas pesquisas; assim, a deriva, procedimento situacionista, como forma de conhecimento, vai, somada à abordagem de campo geográfica, alimentar nossa inquietação quanto aos espaços sociais possíveis implicados, ocultados e suprimidos pela fragmentação urbana.²⁰

Só um pensamento estritamente abstrato define fronteiras ou contornos nítidos a quaisquer dos fragmentos urbanos ou de algumas seleções fragmentárias, já que se trata de um emaranhado ou de redes entre redes, de espaços que se interpenetram.²¹ Nenhum deles tem senão uma existência relativa. A tragédia deste momento da civilização moderna é que se sobrevive ocupando somente fragmentos. Vive-se negando a própria vida social possível.

Com essa condução, além do reconhecimento da própria fragmentação, até seu limite, os restos, as sobras desse processo, o interdito, o que não coincide poderão vir à luz.

Constituir em totalidade os espaços sociais implicados historicamente se daria somente no plano da possibilidade; aqui se trata de sugerir a administração dessa totalidade possível, não tolerada, sempre neutralizada,

²⁰ “Entre os diversos procedimentos situacionistas, a deriva se apresenta como uma técnica da passagem ativa através dos variados ambientes. O conceito de deriva está indissolivelmente ligado ao conhecimento dos efeitos de natureza psicogeográfica, e à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, o que o opõe em todos os pontos às noções clássicas de viagem e de passeio [...] Os ensinamentos da deriva permitem estabelecer os primeiros levantamentos das articulações psicogeográficas de uma cidade moderna. Para além do reconhecimento das unidades ambientais, de seus componentes principais e de sua localização espacial, percebem-se seus eixos principais de passagem, suas saídas e suas interdições. Chega-se à hipótese central da existência de camadas desviantes psicogeográficas. Medem-se as distâncias que separam efetivamente duas regiões de uma cidade, e que não têm medida comum com o que faz crer uma visão aproximativa de um plano.” (INTERNATIONALE SITUATIONNISTE, 1997, p. 51 e 55, tradução da autora).

²¹ Cf. Lefebvre (2000, p. 221).

portanto, uma aproximação com a intolerância. Os fragmentos unificados definem modos de tolerância repressiva ou de controle totalitário, uma totalização imposta, uma forma de neutralização dos espaços sociais historicamente possíveis. Tais espaços, na sua mútua implicação, são a recusa dessa tolerância viciada, a recusa dessa maneira de tolerar, apontando a intolerância, no mínimo, por não coincidir com tal totalização, que reproduz toda ordem de desigualdade e discriminação.²² Aspirar a conhecer os espaços sociais implicados, reconhecê-los, é quase uma impossibilidade. O método de abordagem, com essa intenção, transita entre o vivido e a história, lendo a produção dos fragmentos, o que foi deixado para trás, e as maneiras cotidianas de lidar com esse espaço abstrato produzido.

E a totalidade seria um ato do conhecimento? Seria práxis? A totalidade vem do reconhecimento das possibilidades da prática social, aqui definida como prática socioespacial.

CONSIDERANDO A LÓGICA DOS ESPAÇOS SOCIAIS IMPLICADOS²³

1. Ela nos permite fazer a crítica do processo de fragmentação espacial, no sentido de demonstrar sua impossibilidade: o processo de vivência seletiva dos espaços - condomínios fechados, conjuntos habitacionais, bairros miseráveis e aburguesados, regiões ricas e pobres da metrópole, repartição funcional dos espaços metropolitanos - nunca se completa, pois eles, os espaços sociais, se misturam, inevitavelmente, mesmo admitindo que, no plano da concepção e da produção efetiva dos espaços, impere uma lógica abstrata de neutralização do emaranhado dos espaços implicados. Podemos então, decifrar num tempo, o presente, essas presenças desconformes. O apoio que sustenta esse conhecimento é o nível do vivido, compreendido enquanto um nível necessário de compreensão da prática social. Como exemplo, pode-se citar o conhecimento sobre o cotidiano e a cotidianidade, que demarca inúmeros trabalhos científicos, especialmente a partir da segunda metade do século XX, entre eles, aqueles que acompanhamos mais de perto: a obra de Henri Lefebvre e a dos situacionistas. Designa-se, aqui, como tolerância repressiva, o império dos espaços homogêneos e, como intolerância

²² A propósito da tolerância e da intolerância, leitura possível a partir do ensaio de Marcuse (1970).

²³ Resgate sintético de discussões realizadas no LABUR, a propósito do projeto de pesquisa em curso. Teoria contida em Lefebvre (2000).

inerente, aquela constituída como processo nitidamente contraditório ou como caos espacial, envolvendo os espaços sociais implicados.

2. Seguindo a mesma lógica, deve-se pensar os sedimentos de história constitutivos de um determinado espaço. Aqui se está diante de um eixo temático da Geografia, assentado numa longa tradição de estudos monográficos. A perspectiva e a problemática apresentadas pretendem superar o historicismo possível desses trabalhos e os alçar ao plano da historicidade, através do método regressivo-progressivo. Do mesmo modo, os espaços sociais implicados historicamente são neutralizados, numa varredura inerente à produção do espaço abstrato moderno. Decifrar o limite da experiência histórica dessa produção nos conduziria a resgatar as possibilidades históricas implicadas.

3. A implicação dos espaços sociais se projeta no futuro. No plano do possível-impossível. A produção da resistência, do contra-espaço e do contra-projeto. Passível de ser pensada a partir dos outros dois níveis da implicação em exame.

Da perspectiva da “força subversiva demonstrada pelas lições da história e da luta de classes”, a potência ilusória de um mundo acabado, ordenado e regrado se desfaz; reconhece-se o mito que o envolve e o seu atraso diante do possível.²⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHORLEY, Richard J.; HAGGETT, Peter (Org.). *Modelos integrados em geografia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1974.

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: _____; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48-61.

DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.

_____. Perspectives de modifications mousciantes dans la vie quotidienne. *Internationale Situationniste*, Paris, 1997.

GEORGE, Pierre. A propos de la “geographie active”. Reflexion sur la responsabilité des géographes. *Hérodote*, Paris, n. 33-34, p. 213-221, 1984.

HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

²⁴ A partir das lições situacionistas.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- INTERNATIONALE SITUATIONNISTE. Paris: Arthème Fayard, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.
- _____. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madri: Alianza, 1984.
- _____. *De l'État*. (volume IV). Paris: Union Générale, 1978.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- MARCUSE, Herbert. Tolerância repressiva. In: _____; MOORE JR., Barrington; WOLFF, Robert Paul. *Crítica da tolerância pura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 87-126.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Moraes, 1981
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 1*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- REVUE LA SOMME ET LE RESTE – ÉTUDES LEFEBVRIENNES. Paris, n.1, 2002. Disponível em: <<http://www.espaces-marx.eu.org/SomReste/S%26R-NO1.PDF>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2002.
- ROCHA, Alexandre Souza da. *Centralidade e periferia na Grande São Paulo*. 2000. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para a geração nova*. Porto: Afrontamento, 1980.

Recebido em 09/07/2003

Aceito em 20/09/2003